


# Documentar para preservar: o papel da documentação para a pesquisa sobre arquitetura em Roraima

Documenting to preserve: the role of documentation for research on architecture in Roraima

Documentar para preservar: el papel de la documentación para la investigación sobre arquitectura en Roraima


Claudia Helena Campos Nascimento\*

claudia.nascimento@ufrr.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5638-0597>

Deborah Rodrigues Fiorotti\*\*

deborah.r.fiorotti@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-0738-8681>

---

**RESUMO:** Este artigo aborda a fragilidade da preservação dos acervos arquitetônicos e urbanísticos no estado de Roraima. A falta de uma política específica para os acervos e a ausência de pesquisas sistemáticas sobre essas fontes de memória contribuem para o descaso em relação a essas importantes manifestações históricas. O texto discute a relevância da documentação arquitetônica tanto como documento arquivístico quanto como processo de produção de edificações. Em ambos os casos, a memória do patrimônio – edificado ou não – é constantemente apagada. A importância de considerar a dimensão não visível, que muitas vezes se oculta em conjuntos documentais mantidos precariamente por instituições públicas e privadas, é destacada. O objetivo do texto é caracterizar a situação local em relação à preservação do patrimônio documental de arquitetura e urbanismo, registrando as dificuldades nas pesquisas sobre o tema em Roraima. Pretende-se gerar discussões e buscar soluções viáveis para a manutenção, preservação e pesquisa nesse campo de conhecimento. A questão tem reunido pesquisadores e profissionais interessados no assunto, refletindo a necessidade de encontrar soluções locais para evitar a transferência de acervos para instituições estrangeiras. Por fim, o texto destaca o esforço em registrar e documentar o acervo arquitetônico, com base na experiência do Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, que enfrenta desafios de acessibilidade aos acervos institucionais e questões práticas no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos, Acervos, Documentos, Arquitetura e Urbanismo, Pesquisa.

---

\* Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (Patrimônio, restauro e tecnologia). Possui formação complementar em História, Museologia, Patrimônio Cultural e Artes Visuais. Professora Assistente II, em regime de dedicação exclusiva, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

\*\* Cursa o 10º semestre de Arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

**ABSTRACT:** This article addresses the fragility of preserving architectural and urban collections in the state of Roraima. The lack of a specific policy for these collections and the absence of systematic research on these memory sources contribute to the disregard for these important historical manifestations. The text discusses the relevance of architectural documentation both as archival documents and as a process of building production. In both cases, the memory of the built or non-built heritage is constantly erased. The importance of considering the non-visible dimension, which often remains hidden in documentary collections maintained precariously by public and private institutions, is highlighted. The objective of the text is to characterize the local situation regarding the preservation of architectural and urban documentary heritage, documenting the challenges in researching this topic in Roraima. The aim is to generate discussions and seek viable solutions for the maintenance, preservation, and research in this field of knowledge. The issue has brought together researchers and professionals interested in the subject, reflecting the need to find local solutions to prevent the transfer of collections to foreign institutions. Finally, the text emphasizes the effort to register and document the architectural collection based on the experience of the Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, Brazil, which faces challenges of accessibility to institutional collections and practical issues in the development of academic research.

**KEYWORDS:** Archives; Collections, Documents, Architecture and Urbanism, Research.

**RESUMEN:** Este artículo aborda la fragilidad de la preservación de colecciones arquitectónicas y urbanas en el estado de Roraima. La falta de una política específica para estas colecciones y la ausencia de investigaciones sistemáticas sobre estas fuentes de memoria contribuyen al desprecio por estas importantes manifestaciones históricas. El texto discute la relevancia de la documentación arquitectónica tanto como documentos de archivo como proceso de producción de edificios. En ambos casos, la memoria del patrimonio construido o no construido se borra constantemente. Se destaca la importancia de considerar la dimensión no visible, que a menudo permanece oculta en colecciones documentales mantenidas precariamente por instituciones públicas y privadas. El objetivo del texto es caracterizar la situación local en cuanto a la preservación del patrimonio documental arquitectónico y urbano, documentando los desafíos en la investigación de este tema en Roraima. Se busca generar discusiones y buscar soluciones viables para el mantenimiento, la preservación y la investigación en este campo del conocimiento. El tema ha reunido a investigadores y profesionales interesados en el tema, lo que refleja la necesidad de encontrar soluciones locales para evitar la transferencia de colecciones a instituciones extranjeras. Finalmente, el texto enfatiza el esfuerzo por registrar y documentar la colección arquitectónica basándose en la experiencia del Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, Brasil, que enfrenta desafíos de accesibilidad a las colecciones institucionales y problemas prácticos en el desarrollo de investigaciones académicas.

**PALABRAS CLAVE:** Archivos, Colecciones, Documentación, Arquitectura y Urbanismo, Investigación.

## 1. Introdução

**D**evemos iniciar esse trabalho com um importante registro: o Estado de Roraima não possui um arquivo público, como instituição de salvaguarda documental. Assim, pela ausência de uma política voltada para o todo documental, não é estranho que tipologias documentais específicas — como os documentos de arquitetura, urbanismo e engenharia — não sejam vistos sob a luz da importância que merecem.

Também é frágil a política de preservação do patrimônio arquitetônico edificado, o que conduz à necessidade de atenção sobre o duplo documento-monumento, tanto como nos propõe Jacques Le Goff (2013), visto que:

“o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes matérias da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2013, p. 462)

De acordo com Marina Waisman (2013), assim como diversos testemunhos não artísticos são fontes documentais, a obra de arte e de arquitetura também possuem características históricas, sendo possível ser tratado como documento para elucidar a compreensão da unidade histórica, através de seus elementos técnicos e estéticos, para um historiador da cultura. Os atributos de um objeto arquitetônico, portanto, não se resumem a um valor de atribuição artística, mas a um conjunto de dados que deve ser traduzido.

“Uma análise que não levasse em conta a datação da obra correria o risco de converter-se em uma consideração formalista ou funcionalista. Sem profundidade histórica e, portanto, sem possibilidade de chegar a uma compreensão cabal da obra e de seu significado. Uma análise que desconsiderasse a origem das ideias arquitetônicas - que informam sobre a obra - deixaria as soluções sem explicações, as quais apareceriam como produtos geniais ou caprichosos, sem raízes culturais que lhe dessem sentido.” (WAISMAN, 2013, p. 15)

Esse contexto se conjuga para o esforço de documentar a arquitetura roraimense. Como território de ocupação recente, em relação a outros lugares no Brasil, e mesmo na região amazônica, o desconhecimento tácito, fortalecido pela ausência de uma tradição de historiografia da arquitetura vem sendo rompido pelo trabalho produzido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Roraima<sup>1</sup>, não sem embates, nos últimos dez anos. Quanto à preservação dos documentos *stricto sensu*, por sua vez, não conta com formação técnica local, o que torna, via de regra, um processo descontinuado e repleto de riscos. Soma-se a própria condição histórica de Roraima, cuja elevação à condição de unidade federativa autônoma apenas a partir da Constituição Federal de 1988, tendo passado como Território Federal e município do Estado do Amazonas em seus cerca de trezentos anos, desde os primeiros atos de colonização.

O artigo, portanto, apresentará o esforço documental empreendido pelo Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (LPPP-DAU-UFRR) na sua dupla perspectiva, apresentando os desafios de acesso à informação dos guardiões dos acervos documentais disponíveis nas instituições locais e

<sup>10</sup> Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará tem sido protagonista nos estudos historiográficos da arquitetura moderna Amazônica, com quem o Laboratório de Pesquisa e Práticas de Projeto da Universidade Federal de Roraima estabelece diálogos de pesquisa.

tratando os monumentos de arquitetura como *documentos* de tempos específicos da formação desse território, que se traduz em realidade matérica, enquanto não são suprimidos.

Dessa forma, o presente artigo visa fomentar essas indagações, ao mesmo tempo em que se propõe a divulgar a situação desse patrimônio, e a vontade de encontrar um caminho melhor para preservação dessas memórias para gerações futuras e acesso dos pesquisadores. Visamos levantar a questão da valorização dessa fonte documental, no sentido de disseminar o conhecimento sobre o patrimônio da região, trazendo à cena discussões e apontando possíveis soluções para o problema.

Como estrutura do artigo, apresentaremos um panorama da preservação da memória no estado, em seguida discorrendo sobre a situação dos arquivos na região, relatando as dificuldades no campo da pesquisa histórica e a relevância dos documentos existentes. O terceiro tópico apresenta as discussões em torno do tema, assim como as possíveis formas de minimizar o problema, e o papel da instituição pública na preservação da memória local.

Diante das diversas iniciativas que vêm sendo promovidas — tanto pelos detentores dos acervos, tanto por instituições e pela sociedade civil preocupada com a questão — apresentamos, por fim, reflexões sobre o cenário local e perspectivas de contribuição para a condição do acervo documental roraimense. Soma-se ao esforço do LPPP-DAU-UFRR em documentar, isso é, produzir documentação referente ao patrimônio construído de referência em Roraima, constituindo base de referência para novas pesquisas. Este artigo então parte da preocupação quanto à situação da preservação e acessibilidade do patrimônio arquivístico de arquitetura e urbanismo em Roraima, que se encontra menosprezado, assim como os documentos de outras áreas de conhecimento. Questões e inquietações foram forjadas a partir de constatações durante processos de pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (LPPP-DAU-UFRR), assim como as dificuldades encontradas.

## 2. Panorama documental em roraima

Em Roraima, o acervo documental é mantido por diversos órgãos públicos, de forma assistemática, e o acesso a eles é difícil por diversos motivos, como a não existência de espaço pensado na perspectiva ampla da função arquivística, para estudo e armazenamento dos acervos. Moraes e Ramalho (2010), no artigo “Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização” apresentam um panorama preocupante dos acervos históricos de Roraima: segundo a avaliação das autoras, sobre a qual podemos afirmar que não houve

avanço substancial, esses arquivos se encontravam em estado precário de conservação, expostos a diversos tipos de danos, em salas que não possuem espaço suficiente, nem controle de temperatura e umidade, por vezes com exposição à luz, em invólucros não adequados. Os acervos em sua maioria não estão propriamente catalogados, e apenas parcialmente digitalizados, de maneira que não se sabe ao certo o volume de documentos guardados pelos órgãos, nem o que exatamente cada acervo contém.

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos — CONARQ existem apenas duas instituições custodiadoras, isto é, que possuem vínculo institucional com a política nacional de arquivos, sob a gestão do Arquivo Nacional: o Instituto de Previdência do Estado de Roraima — IPER e o [Tribunal Regional Eleitoral de Roraima](#)—TRE/RR (CONARQ, 2022). Sobre estes acervos, temos que o do IPER é constituído por documentos previdenciários probatórios e documentos administrativos, originários do próprio órgão, mas também documentos da burocracia estadual, livros, fotografias, jornais, entre outros, enquanto o do TRE/RR trata de processos judiciais de sua alçada.

Essas instituições de custódia de acervos (FERREIRA, 2021) documentais em Roraima — sejam arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação ou memória — por não estarem vinculados a uma práxis técnica, apresentam diversos problemas, já que os prédios que ocupam não são projetados e pensados para o trato de arquivos, e não possuem infraestrutura física ou recursos humanos para essa função, visto que existem poucos profissionais de arquivística e biblioteconomia atuando em Roraima. Vale ressaltar, ainda, a não existência de cursos de graduação dessas áreas nas instituições de ensino que atuam no estado. A área de museologia também está fragilizada, devido ao fechamento do MIRR; e constata-se, ainda, que a única biblioteca pública estadual centraliza a função de pesquisa, enquanto a biblioteca municipal, fundada em 1983, foi reativada em 2019, após longo período desativada, com acervo voltado ao público infanto-juvenil; somam-se as bibliotecas das universidades estadual e federal.

Não existe, portanto, um arquivo público, estadual ou municipal, que cumpra a função de salvaguarda da memória documental das instituições públicas, de forma centralizada, com a função de acesso, pesquisa e difusão cultural. Dessa forma, no Estado de Roraima, os diversos órgãos existentes possuem o dever de gerir e cuidar dos documentos que produzem e recebem, contudo, não sendo tratados numa perspectiva de inserção na rede de arquivos, e conseqüentemente, sob a égide das políticas setoriais que lhe são inerentes.

Quanto aos acervos documentais de interesse à pesquisa sobre a arquitetura e urbanismo de Roraima, tem-se um contexto onde poucas massas documentais são acessíveis à pesquisa.

Na escala municipal, os principais órgãos ligados à infraestrutura não possuem acervo acessível, comprovadamente diante da prática de busca dessas informações. Na estrutura estadual, a Secretaria de Infraestrutura de Roraima (SEINF) estabelece melhor diálogo quanto ao fornecimento de dados e documentações, contudo apresenta grandes fragilidades no que diz respeito à conservação de seu acervo. Outros órgãos da esfera estadual, como a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), têm sido fonte relevante de dados a partir de suas divisões técnicas.

A escala federal possui um aspecto agravante no que trata da documentação: por se tratar de um Estado recente, isto é, constituído a partir da Constituição Federal de 1988, possuía, então, grande parte de seu acervo técnico descentralizado, em órgãos, muitas vezes localizados em outras unidades da federação, como Amazonas, Brasília ou Rio de Janeiro. Some-se a isso a privatização de alguns serviços, como a telefonia, o que gerou a migração dos acervos técnicos para a gestão privada, com o deslocamento para unidades centrais.

Outro acervo importante é o da Prelazia de Roraima que, embora tenha certa sistematização, não se encontra sob a coordenação de um arquivista. Esse acervo tem sido utilizado para pesquisas específicas, sobre a temática da presença da Igreja Católica na região.

Um fato comum a todos esses acervos é a ausência de um plano de gestão arquivística e um descuido, em quase todos os espaços visitados, quanto à preservação de seus conjuntos documentais. Soma-se o fato de que o desenvolvimento de projetos assistidos por computadores vem promovendo a migração das fontes documentais físicas para os formatos digitais, induzindo a uma desvalorização do documento físico, tratado como obsoleto e dispendioso para sua manutenção.

Esse fator também influi sobre a condição dos arquivos que, na maioria das vezes, se encontram com acondicionamento inadequado (Figuras 1 e 2) em mau estado de conservação (Figuras 3, 4 e 5) e em locais precários (Figuras 6, 7 e 8), quer para guarda, quer para consulta.

**Figuras 1 e 2:** Condição de acondicionamento de documentação





Fonte: Acervo do LPPP, 2022.

**Figuras 3, 4 e 5:** Condição do acervo disponibilizado para pesquisa ao LPPP-DAU-UFRR



Fonte: Acervo do LPPP, 2022.

**Figuras 6, 7 e 8:** Condição do espaço de guarda e pesquisa de acervos em Boa Vista



Fonte: Acervo do LPPP, 2022.

A importância da preservação e acessibilidade dos acervos documentais de arquitetura e ambiente construído<sup>2</sup> em Roraima se faz, não apenas por sua relevância arquivística unicamente, o que já seria de extrema importância, mas pela necessidade de produção consistente de um conjunto de informações confiáveis sobre a historiografia da arquitetura e do urbanismo local. Portanto, diante da necessidade sistemática de pesquisa nessa área, o Curso de

---

20 O termo “Arquitetura e Ambiente Construído” têm sido utilizados como agregador para esse conjunto documental, tendo sido inscrito a partir da “Proposta de Instituição de Câmara Técnica Consultiva, no âmbito do CONARQ, para a definição de orientações técnicas para tratamento de documentos de arquivo relacionados com a Arquitetura e o Ambiente Construído”, apresentada para apreciação na 103ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, em 31 de agosto de 2022.

Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima tem se esforçado em discutir a questão desse importante referencial.

### 3. A preservação da memória em roraima

Roraima possui muitos edifícios e espaços importantes para a cultura e história, porém numa grande fragilidade nas políticas públicas de preservação e conscientização. Muitas vezes esses patrimônios nem são reconhecidos pela população, ou tem seu valor questionado pela situação de abandono que se encontram.

O livro “Panorama Cultural de Roraima” (LEVINO e LÍRIO, 2016), produzido a partir do Projeto “Curso de Extensão em Gestão Cultural” na UFRR, promovido em 2015 pela então Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, consiste na síntese de trabalhos produzidos sobre cada município do estado, com o objetivo de traçar um panorama da cultura de Roraima. Essa publicação visava à difusão de um esforço de promover o fortalecimento das políticas públicas da área da Cultura, através da formação de agentes locais e reconhecimento do potencial e fragilidades. Dentro desse cenário, um aspecto se tornou relevante: a ausência de instituições que respondessem a determinadas demandas setoriais, como a de Arquivos.

Nessa publicação podemos identificar, através dos artigos, que o patrimônio material é brevemente citado; o foco dos artigos tende a ser nos eventos existentes e no patrimônio imaterial de cada município estudado. O artigo que mais trouxe informações sobre o patrimônio material e edificado foi o referente à da cidade de Boa Vista, mas, ainda assim, as construções e espaços citados não foram escolhidos pelo seu valor histórico-cultural, mas pelos eventos e atividades que se realizam nesses espaços, a despeito de possuir bens tombados nas três esferas de proteção.

Mesmo nos trechos que dizem respeito aos instrumentos legais e políticas públicas do município o enfoque é dado aos eventos, muitas vezes realizados com apoio do Governo do Estado. Alguns aparatos legais apontados no decorrer do livro falam sobre a preservação e conservação do patrimônio cultural edificado, mas o que vemos na prática e o que observamos na literatura sobre o tema é uma falta de ação e de concordância com essas leis existentes.

Há um consenso, perceptível através de vários trabalhos, da fragilidade das políticas públicas na área de preservação, tanto na dimensão legislativa quanto na gestão da temática, quer com ações de promoção da preservação, quer na atuação técnica consistente nos órgãos responsáveis pela temática ou ainda, ausência de investimento. Percebe-se, durante os últimos anos, grande baixa em relação ao acervo edificado e intervenções impróprias em espaços de



profunda relevância sociocultural, sem diálogo com a sociedade ou mesmo a despeito de movimentos reivindicatórios de grupos organizados.

Em todos os artigos que compõem o livro, podemos encontrar relatos da necessidade de políticas públicas efetivas, assim como mais leis e maior investimento na cultura do Estado, porém nenhum deles fala diretamente sobre a necessidade de preservação e conservação dos espaços que temos, muito menos sobre a difusão cultural; também não é visto nesse panorama a preocupação com o acervo documental.

Há uma opção clara no Estado de Roraima pelo que José Teixeira Coelho Neto (1989) denomina como “fabricação cultural”, em detrimento de uma “ação cultural”. Isso é, uma supervalorização dos eventos em contraste ao que se configura como representação mais permanente e formadora da Cultura de Roraima. Isso se reflete na perspectiva de atuação dos órgãos públicos, com certo descuido na preservação da memória que, por consequência, ataca o sentimento de pertencimento e a formação de um conjunto de referências a qual possa se atribuir a uma imagem de identidade local.

### 3.1. O documento edificado

Quanto ao patrimônio edificado — ao qual destacamos por ser a manifestação mais contundente e visível quando se trata de patrimônio cultural, por sua acessibilidade pública — podemos elencar alguns casos importantes nos últimos anos para ilustrar esse contexto. Na cidade de Boa Vista são muitos os casos de abandono e destruição do patrimônio que podemos comentar, contudo, embora se trate da capital roraimense, não podemos desconsiderar que o processo de apagamento de memória ocorra nos demais municípios.

O Hospital Nossa Senhora de Fátima (Figura 9), demolido em janeiro de 2015, foi a primeira instituição de saúde do estado. O edifício foi, durante muitos anos, a principal instituição de atendimento de saúde em Roraima, com especial atenção à função de maternidade, portanto, elemento de firme referência memorial na população boa-vistense. Construída sob a gestão dos religiosos beneditinos, a partir da década de 1920, a unidade de saúde que deu origem ao referido hospital, gerida pelas monjas da Ordem de São Bento de Tuting-Alemanha, passou por remodelações e acréscimos, até que em 1948 a cura pastoral da Prelazia de Roraima é confiada ao Instituto Missões Consolata, de Turim-Itália. Nesse momento o edifício em questão é erguido, assumindo sua forma definitiva entre 1955 e 1960. Com a criação da Divisão Assistencial da Maternidade e Infância, como parte da estrutura do recém-criado Território Federal do Rio Branco (posteriormente Roraima), as funções de atendimento

médico passam a ser assumidos pela gestão distrital e o Hospital Nossa Senhora de Fátima, levando ao fim de suas funções em 1985 (NASCIMENTO e GUEDES, 2015).

**Figura 9:** Hospital Nossa Senhora de Fátima, antes e depois da demolição, 2015.



Fonte: Jornal Folha de Boa Vista

Pela sua importância e influência na história do Estado e na memória da população, o edifício foi tombado pela esfera estadual (RORAIMA, 1991, Artigo 159, Inciso XVI). Além de seu valor individual, o espaço possuía também grande peso devido ao seu local de instalação, estando no centro histórico da cidade e próximo a diversos outros edifícios tombados e de valor histórico. Através da Prefeitura Municipal de Boa Vista, em janeiro de 2015, foi criado um instrumento legal de destombamento, a partir de um laudo técnico equivocado, o que levou à sua posterior demolição no mesmo mês do lançamento do decreto. Essa ação não só é questionável pelo valor que a edificação possuía, mas também irregular, pelo destombamento ter sido realizado por uma esfera diferente do governo, ainda se baseando em laudos técnicos não consistentes, demonstrando uma vontade de destruir o patrimônio, a despeito dos atributos legais de proteção existentes.

O registro sobre o edifício se mantém a partir de artigos científicos, produzidos no ano de 2015, salvamento de uma peça cerâmica e outros trabalhos de menor monta.

Outro importante edifício recentemente demolido representava esse momento da história Território: a antiga sede da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos (Figura 10), último remanescente da arquitetura implantada contemporaneamente ao Plano Urbanístico de Boa Vista, de autoria de Darcy Aleixo Derenusson, edificado em 1943. Sobre essa edificação, foram elaboradas propostas arquitetônicas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, que garantiram a sistematização de dados referenciais, tais como levantamentos arquitetônicos, maquetes das propostas e levantamentos iconográficos que se constituem, atualmente, as únicas bases documentais disponíveis deste imóvel. Esses estudos ocorreram antes da destruição do

edifício, salvando assim informações relevantes sobre a antiga sede da SECULT e história local (RODRÍGUEZ, 2015).

**Figura 10:** Antiga Secretaria de Educação: foto da década de 1940, de 2015 e maquetes físicas.



Fonte: RODRÍGUEZ, 2015

Ainda no conjunto de edificações que vão sendo, pouco a pouco, sistematizadas pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, tem-se atentado para a representatividade do patrimônio moderno e sua frágil existência. A produção roraimense do escritório do arquiteto Severiano Mário Vieira Porto, cognominado “Arquiteto da Amazônia” ainda é pouco conhecida e vem sendo, paulatinamente, destruída sem que pudesse haver a constituição sistemática de uma documentação arquitetônica ou de um inventário consistente. O esforço que vem sendo promovido nos últimos anos, contudo, garantiu algumas publicações de pesquisas de base (NASCIMENTO *et all*, 2019) e produção de modelos digitais através de redesenhos e modelagens em HBIM<sup>3</sup> (*Heritage Building Information Modeling*), como a Caixa D’Água de Caracará (Figura 11) e a Catedral Cristo Redentor (Figura 12), normalmente associadas a trabalhos finais de disciplinas e de conclusão de curso.

**Figura 11:** Conjunto Arquitetônico da Caixa D’Água de Caracará



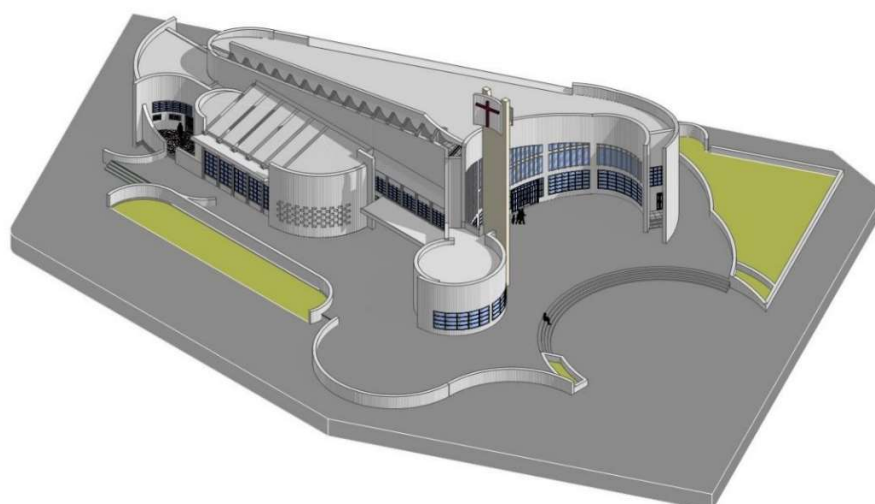
Fonte: LPPP-DAU-UFRR, 2022.

**Figura 12:** Catedral Cristo Redentor

---

3O HBIM é uma metodologia de aplicação da abordagem BIM (*Building Information Modeling*) para edifícios existentes, com aporte de vários instrumentos, métodos de levantamento e *softwares* especializados. Atribui-se o surgimento do BIM na década de 1970, nos Estados Unidos da América, a partir da otimização dos processos técnicos de produção gráfica digital de projetos. Por sua vez, a utilização dessa metodologia para caracterização de edifícios preexistentes, com a produção de objetos paramétricos, com a utilização de *laser scanning*, foi publicada pela primeira vez pelo engenheiro Maurice Murphy, do *Dublin Institute of Technology*, em 2009, aplicado a edifícios de estilos diversos (MURPHY *et all*, 2009).

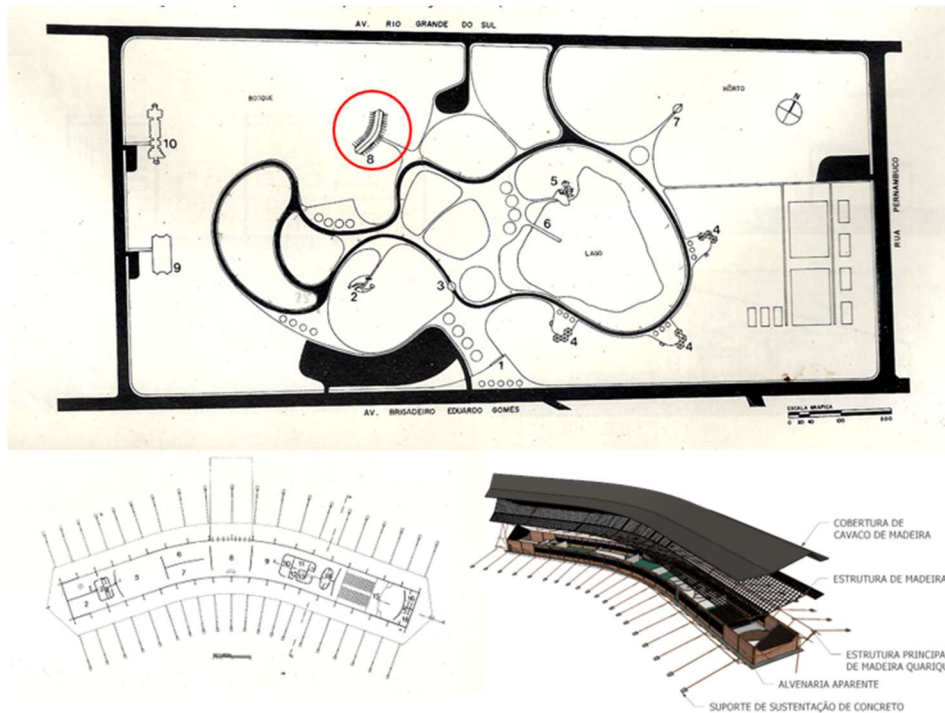




Fonte: LPPP-DAU-UFRR, 2022.

O Museu Integrado de Roraima (MIRR), que em 2022 se tratava de um bem em sério risco de desaparecimento, apesar de sua relevância cultural, em vários níveis, encontra-se hoje demolido (Figura 13). De autoria do arquiteto Otacílio Teixeira Lima Neto, como parte integrante da proposta vencedora do Primeiro Concurso Público de Anteprojeto nº 01/80, promovido pelo governo do Território Federal de Roraima. O espaço, projetado para ser o Centro Cultural, passou a abrigar a instituição museal a partir do Decreto nº. 026/1984, sendo o único museu de Roraima. Desativado desde 2011, já contou com vários esforços institucionais e movimentos da sociedade civil, visando forçar posicionamento da gestão estadual, através de seus órgãos competentes, para a sua preservação, tanto como edificação, de valor histórico importante, quanto como espaço importante em sua função cultural, sem ter obtido êxito. Em 2018 foi protocolada em várias instâncias a Carta aberta do IV Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, lançando campanha nacional para a visibilidade da questão (VÁRIOS, 2018); em 2022 o tema foi retomado pelo DOCOMOMO Brasil em uma publicação, deixando evidente a preocupação do tema como algo vívido na sociedade. Entre o dia 20 de abril e 2 de maio de 2023, o edifício foi demolido.

**Figura 13:** Museu Integrado de Roraima: registros da Revista Projeto e maquete eletrônica.



Fonte: LPPP-DAU-UFRR, 2019.

O processo de investigação sobre a arquitetura roraimense vem sendo reconhecida e se tornando fonte secundária para novos estudos. A relevância da pesquisa de base e de campo, a exemplo, já consta com menção na página do Projeto Memória, do arquiteto Sergio Bernardes, com o registro da produção apresentada para o III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, em Belém, em 2018, que foi posteriormente publicado na Revista de Arquitetura Moderna da Amazônia (NASCIMENTO *et al*, 2018).

#### 4. Arquivos em roraima: um diagnóstico

Assim como os espaços edificados em Roraima, o patrimônio arquivístico da região é menosprezado. Os órgãos ligados à infraestrutura são importantes fontes para a pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo, o que fala diretamente à necessidade das pesquisas sobre a temática deste trabalho. Contudo, conforme já apresentado, a cultura arquivística e o campo de pesquisa em arquitetura e urbanismo em Roraima são recentes. Em Roraima, a pesquisa sobre arquitetura é recente e carente de dados. Um estado que não possui arquivo público e sobre o qual grande parte da documentação histórica está dispersa em várias unidades da federação, devido ao seu passado como Território Federal, anteriormente pertencente ao Estado do Amazonas. A esse quadro se soma a ausência de um campo acadêmico, até um passado recente, que buscasse investigar essa área. O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima surge entre 2005 e 2006, contudo, podemos afirmar, não há qualquer produção

acadêmico-científica até o ano de 2013, quando o quadro docente se fortalece com a chegada de novos professores. Portanto esse processo de produção sobre Arquitetura e, principalmente, Urbanismo, foi capitaneado por outros olhares, como dos historiadores (RAMALHO, 2012; MARTINS, 2010) e geógrafos (SILVA, 2009; VERAS, 2009)

Em Roraima, historiar é uma atividade para poucos e por isso mesmo é ainda muito incipiente. Algumas importantes iniciativas de registro do passado, com vistas a compreendê-lo e perpetuá-lo por meio da “História de Roraima”, foram feitas a partir dos anos de 1970. São, em geral, trabalhos de cunho memorialista, produzidos por pessoas que nasceram e/ou viveram em Roraima, e que, abordando os mais diversos temas, pretenderam inserir seus trabalhos na seara da História. Autodidatas, no que diz respeito à pesquisa histórica, interessados em registrar o passado de Roraima, seus autores se investiram do papel duplo de historiador e testemunha (MARTINS, 2010, p. 18).

Em suma, qualquer um que queira produzir conhecimento científico sobre a história de Roraima encontra limitações por não haver uma correta gestão e espaço para os documentos, o que vai de encontro à Lei n.º. 8159, de 9 de janeiro de 1991, que diz:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. [...]

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991)

Além disso, a Lei de Acesso à Informação, reforça o dever da transparência e facilidade de acesso aos documentos de interesse público, quando diz:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores (BRASIL, 2011)

Aqueles interessados em pesquisar a história da região e estudar os documentos que ainda possuímos encontram muitas dificuldades, já que dificilmente sabem onde está o arquivo que precisam, ou sequer se existem documentos sobre o assunto pesquisado nos acervos existentes. Além disso, o acesso aos acervos é dificultado, e não existe espaço dedicado à leitura e análise dos arquivos. Por conseguinte, é comum o risco de dissociação, extravio e outros danos, visto que esses documentos, quando necessários às pesquisas, são cedidos temporariamente e deslocados de sua origem produtora.

## 5. Contribuições para um campo de pesquisa

Diante do contexto local, é importante o fortalecimento de discussões em torno da necessidade de preservação do acervo documental, de forma a garantir seu acesso e pesquisa.

No âmbito dos serviços públicos de controle de obras e edificações, os documentos de arquitetura também atravessam as três fases do ciclo vital dos documentos: corrente, intermediária e permanente. Mas têm uma peculiaridade: são sempre de valor permanente, isto é, são destinados, no processo de avaliação, a guarda definitiva, mesmo quando a obra a que se referem é demolida (FERREIRA, 2021, p. 7).

Desta maneira cabe a reflexão sobre como se apresenta a preservação do acervo documental de arquitetura e ambiente construído em Roraima, assim como da responsabilidade das Instituições de Ensino Superior, como interessadas no desenvolvimento de pesquisas e difusão de conhecimento especializado.

Alguns acervos importantes têm sido preservados por Universidades Federais, aos quais destacamos o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ), o Núcleo de Arquitetura Moderna na Amazônia, sediado na Universidade Federal do Amazonas (NAMA-UFAM) e o

Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (LAHCA-ITEC-PPGAU-UFPA).

Outros conjuntos documentais importantes que necessitam de atenção são os pertencentes aos Conselhos de Classe de Engenharia e de Arquitetura e Urbanismo (CREA e CAU, respectivamente) e os dos escritórios profissionais, que advêm de fontes produtoras fundamentais e de grande riqueza informacional.

Grandes acervos de Arquitetura vêm sendo transferidos para instituições estrangeiras nos últimos anos (COSTA, 2022) e, a partir da visibilidade dessas questões, a discussão sobre esses acervos se tornaram pauta urgente e campo para muitos esforços de grupos multiprofissionais, especialmente nos campos da Arquitetura e Arquivologia, a exemplo da Rede Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo.

Desta forma, sendo recente, porém pioneiro nesse campo de pesquisa em Roraima, o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima vem, há cerca de uma década, fortalecendo o processo de pesquisa de base sobre o patrimônio local, o que já permitiu o registro de alguns bens relevantes. Alguns desses registros, inclusive, se tornaram únicas referências, diante da demolição dos edifícios. Esse esforço de produção documental de arquitetura e espaço construído vem galgando caminhos de sistematização através do LPPP-DAU-UFRR. A tríade ensino-pesquisa-extensão se torna fundamental para debruçarmos sobre a questão do acervo documental que produzimos e necessitamos para nossa produção acadêmica, crítica e profissional.

O diálogo com determinadas instituições locais, com especial destaque à SEINF, CAER e Prelazia, já vem gerando resultados promissores na produção de trabalhos científicos, redesenhos técnicos de originais e base documental para o desenvolvimento de pesquisas de pós-graduação, inclusive em nível de doutoramento. Assim, a remissão a esses acervos a partir das fontes produtoras já vem gerando fontes secundárias que contribuem para o fortalecimento do campo científico.

A preocupação atual, inclusive diante de um esforço nacional em torno da preservação dessa tipologia documental, vem sendo em estabelecer estratégias para a conscientização da importância desses documentos, sua potencialidade e responsabilidade institucional.

## 6. Considerações finais

As dificuldades de pesquisa documental no campo da arquitetura são grandes no Estado de Roraima, como explicado brevemente neste artigo, ao que se soma a ausência efetiva de uma



política pública para a preservação de acervos arquivísticos. Este cenário não impede o trabalho de pesquisa que, por seu turno, é conduzido com as preocupações quanto ao manuseio e conservação, no LPPP-DAU-UFRR. Contudo a preservação da memória não pode ser conduzida pelo acaso, mas por um plano efetivo de gestão do patrimônio, no caso o documental.

Conforme versa a Constituição Federal em seu Artigo 23:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III. **Proteger os documentos**, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV. **impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor artístico ou cultural;**

V. **proporcionar os meios de acesso** à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, **à pesquisa** e à inovação” (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Some-se o que versa na Carta Magna quanto às políticas culturais, com destaque ao Artigo 216, Incisos IV e Parágrafos 1º e 2º do Inciso seguinte:

Constituem patrimônio cultural brasileiro

(...)

IV. as obras, objetos, **documentos**, edificações

(...)

§ 1º. **O Poder Público, com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, **e de outras formas de acautelamento e preservação.**

§ 2º. **Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem**” (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Portanto, tem-se que o esforço em mapear, identificar, registrar e promover pesquisas com fins de difusão científica a partir do acervo documental disperso e sob risco, ações desenvolvidas pelo LPPP-DAU-UFRR, tem colaborado com os preceitos constitucionais, dentro do alcance e viabilidade possíveis. A partir desse esforço de pesquisa, ainda inicial, já foram desenvolvidos trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos para eventos e revistas especializadas, além da criação de um embrionário banco de dados digital sobre arquitetura e espaço construído roraimense.

Não é um risco eminente o de deslocamento de acervos roraimenses para instituições de guarda internacionais, questão que vem sendo discutida em relação a grandes referenciais da Arquitetura Brasileira. O maior dos riscos é, contudo, o inverso: diante do desconhecimento do potencial informacional e documental desses documentos, que venham a ser descartados,

suprimidos ou, simplesmente, destruídos, quer por fatores de mau uso ou ações externas, quer por uma visão de substituição do suporte físico para o digital.

Objetivamente temos que muito já se produziu de conhecimento sobre o pouco que foi permitido acessar, para o desenvolvimento das pesquisas que demandaram esse esforço documental, visto que a comunidade científica almeja condições favoráveis para a pesquisa documental, especialmente devido à esfera de competências de instituições de ensino públicas, onde a produção científica e desenvolvimento regional se apresentam como principais funções, sendo o acesso a fontes de pesquisa essencial para o bom cumprimento delas.

Mesmo com as dificuldades encontradas, os diversos pesquisadores na região se esforçam para preservar a memória e o que ainda sobra das edificações relevantes para o estado. As instituições públicas da região têm papel fundamental para salvaguarda do patrimônio documental, mesmo não possuindo infraestrutura adequada. Os exemplos do NAMA-UFAM e do LAHCA-ITEC-PPGAU-UFPA têm sido vistos como inspiradores na região amazônica.

É urgente que a reflexão sobre a preservação dos documentos de arquitetura leve a uma especialização e sistematização em Roraima, mas não apenas essa tipologia, visto que a fragilidade do acervo arquivístico local é crítica. Pela conjunção de fatores e potencialidades apresentadas, vislumbramos a perspectiva de iniciar a discussão sobre a formação de um centro de memória e documentação de arquitetura e ambiente construído na própria UFRR, como um caminho viável e salutar para a mitigação dos riscos sobre esse acervo, tão importante para vislumbrarmos nossos processos de construção dos espaços em Roraima.

Acrescentamos, contudo, que o cenário local e nacional em relação às políticas setoriais de Cultura no caminho de ações de preservação consistentes — e não eventuais — ainda é frágil, com esforços ínfimos e de parco reconhecimento, ao que somam os cortes no investimento em pesquisa nos últimos tempos.

As instituições de ensino precisam de apoio, e investimento, para conseguirem cumprir suas funções, e as áreas de História e Cultura precisam ser valorizadas, além da necessária visibilidade das interfaces de pesquisa na formação dos Arquitetos e Urbanistas. Um caminho válido é o apoio às iniciativas de preservação da memória, o fortalecimento de aparatos legais e o investimento concreto e efetivo na pesquisa associada à difusão através da educação e ação cultural. Essas mudanças precisam ser urgentes, afinal não há futuro sem o passado, não há cultura sem memória e não há avanço sem pesquisa.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: agosto de 2022.

BRASIL. *Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: agosto de 2022.

BRASIL. *Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: agosto de 2022.

COELHO NETO, J. T. *O que é Ação Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Col. Primeiros Passos, nº. 216).

CONARQ. *Entidades custodiadas no Estado de Roraima*. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-de-roraima>. Acesso em: agosto de 2022.

COSTA, E. A. *O papel dos acervos e a arquitetura brasileira*. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, v. 41, nº 2, p. 371-386, mai.-ago, 2022. Disponível em: [https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2022/09/10\\_artigo\\_costa\\_123\\_p370-387.pdf](https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2022/09/10_artigo_costa_123_p370-387.pdf). Acesso em: setembro de 2022.

FERREIRA, M. C. B. F. *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

LEVINO, S. de S. A.; LIRIO, F. C. (orgs). *Panorama Cultural de Roraima*. Boa Vista: UFRR, 2016.

MARTINS, E. *Memória do Regime Militar em Roraima*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Manaus, Faculdade de História, Manaus, 2010.

MORAES, C. G. M. S. M.; RAMALHO, P. O. *Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e documentação*. Revista CPC, nº. 8, p. 65-82, nov. 2009/abr.2010.

MURPHY, M.; MCGOVERN, E.; PAVIA, S. *Historic Building Information Modelling (HBIM)*. Structural Survey, Bingley/Inglaterra: Emerald Publishing, Vol. 27 No. 4, 2009 pp. 311-327. Disponível em: [emeraldinsight.com/0263-080X.htm](http://emeraldinsight.com/0263-080X.htm). Acesso em: maio de 2023.

NASCIMENTO, C. H. C.; GUEDES, A. A. da S. C. *Eutanásia do patrimônio cultural roraimense: o Hospital Nossa Senhora de Fátima, Boa Vista/RR*. Anais do I Seminário de Patrimônio, Arte e Cultura na Amazônia: a Educação Patrimonial em Foco, p. 19-27. Boa Vista: UFRR, 2015.

NASCIMENTO, C. H. C.; GUEDES, A. A. da S. C.; PAZ, C.C.A.; ALMEIDA, S.C.S. *Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista*. In Revista Amazônia Moderna, v. 2 n. 2, p. 102-119. Palmas: UFT, 2019. <http://https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/8513> Acesso em 15 mai 2023.

NASCIMENTO, C. H. C.; GUEDES, A. A. da S. C.; RAMALHO, P. O.; FURO, A. F. P.; OLIVEIRA, L. R. Caracará e o olhar de Sergio Bernardes sobre Roraima. *Revista Amazônia Moderna*, v. 2, n.1, p.84–105, 2018. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/6208>. Acesso em 15 mai 2023.

NASCIMENTO, C. H. C.; ROCHA, R. S.; MELO, N. B. N. de. Arquitetura Moderna em Roraima: obras de Severiano Mário Porto. *Revista Amazônia Moderna*, v 2 n 2, 2019. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/8513>. Acesso em 15 out 2020.

RAMALHO, P. O. *Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR*. (Dissertação). Rio de Janeiro: PEP-IPHAN, 2012.

RODRÍGUEZ, T. de J. G. *Ideas de transformacion para la preservación de un patrimonio cultural de Roraima*. Anais do I Seminário de Patrimônio, Arte e Cultura na Amazônia: a Educação Patrimonial em Foco, p. 97-104. Boa Vista: UFRR, 2015.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. *Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida*. Revista Acta Geográfica, Ano III, n°5, jan./jun. de 2009. p.63-71.

VÁRIOS. *Carta aberta do IV Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia - IV SAMA - Boa Vista*. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v. 2, n.1, p. 137-144, 2018.

VERAS, A. T. de R. *A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima*. Tese (Geografia Humana). GEOUSP: espaço e tempo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 234 f., São Paulo, 2009.

WAISMAN, M. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.